

O LEGADO DA PESQUISA *THE AUTHORITARIAN PERSONALITY* PARA O CAMPO DA PSICOLOGIA SOCIALⁱ

Ana Paula de Ávila Gomide

Ruth Marques Maciel

(UFU – Universidade Federal de Uberlândia - Instituto de Psicologia)

Resumo

O presente trabalho é uma revisão bibliográfica da pesquisa “Personalidade Autoritária” realizada por T. W. Adorno e seus colaboradores, que tinham por objetivo a compreensão dos componentes sociais e psicológicos da mentalidade antissemita e do caráter autoritário, a fim de se relembrar as principais contribuições da mesma para as pesquisas de Psicologia Social. Para tanto, realizou-se nesse trabalho: uma introdução sobre o que é Psicologia Social e algumas de suas pesquisas no período entre guerras; Um breve histórico sobre a Escola de Frankfurt; Uma revisão sobre as pesquisas iniciais sobre o autoritarismo, de Erich Fromm; Uma análise dos precedentes históricos em relação aos estudos de Adorno sobre a personalidade autoritária; A descrição de alguns aspectos da pesquisa “Personalidade Autoritária”, com ênfase na inserção da psicanálise de Freud no contexto social e na pesquisa empírica, com a utilização de novos métodos teórico-metodológicos. Aponta-se como crítica final para a pouca ênfase dada a essa pesquisa pelos psicólogos sociais, na atualidade, e justifica-se a importância da retomada crítica de tais estudos, tendo em vista que foram cruciais para o entendimento do papel mediador da sociedade e da cultura na constituição individual e de seus elementos regressivos.

Palavras-chave: Personalidade Autoritária; Psicologia Social; Adorno; Psicanálise; Escola de Frankfurt.

Abstract

This study is a literature review of the research "Authoritarian Personality" performed by T. Adorno and his collaborators, which were aimed at understanding the social and psychological components of anti-Semitic mentality and authoritarian character, in order to recall the main contributions of same for the research of social psychology. Therefore, it took place in this work: an introduction to what is social psychology and some of their research in the interwar period; A brief history of the Frankfurt School; A review of the initial research on authoritarianism, Erich Fromm; An analysis of historical precedents in relation to Adorno's studies on the Authoritarian Personality; A description of some aspects of the research "Authoritarian Personality" with emphasis on psychoanalysis insertion Freud in the social context and empirical research using new theoretical and methodological methods. It points up as final review for the little attention given to this research by social psychologists at present and justified the importance of critical resumption of such studies with a view that were crucial to understanding the mediating role of society and culture in individual constitution and its regressive elements.

Keywords: Authoritarian Personality; Social Psychology; Adorno; Psychoanalysis; Frankfurt School.

Introdução

A pesquisa “A Personalidade Autoritária” é considerada um clássico para a Psicologia Social devido a seu caráter interdisciplinar e a utilização de instrumentos empíricos, tais como as escalas de atitudes, entrevistas e testes projetivos, aliando uma densa e profunda teoria social à teoria psicanalítica freudiana. O trabalho realizado por Adorno e seus colaboradores das ciências sociais, por volta de 1950, na Universidade de Berkeley, trouxe como hipótese central a existência de um tipo de indivíduo cuja formação revelaria uma mentalidade frágil e rígida, expressa tanto por aspectos referentes à posição política individual como por preconceitos desenvolvidos contra minorias, também motivados por questões psíquicas inconscientes, e que sugeriria uma mediação dos princípios sociais vigentes sobre a constituição da personalidade. Particularmente, nos escritos de Adorno “Sociologia e Psicologia”, “A Personalidade Autoritária”, “Prólogo à televisão”, “A Televisão como Ideologia” e “As Estrelas Descem à Terra”, encontramos uma forte articulação entre teoria freudiana, e as condições sociais e históricas da mentalidade antisemita (Gomide, 2007, p. 142-144).

Tendo em vista tais considerações, buscou-se no presente trabalho ressaltar a importância científica e empírica das pesquisas sobre a Personalidade Autoritária no âmbito da Psicologia Social, produzindo questionamentos acerca das contribuições desse estudo, apontando, como crítica final para o fato que tal conteúdo parece ter sido pouco enfatizado pelos psicólogos sociais. Embora tenha sido desenvolvida em um contexto específico, seu legado foi, primeiramente, a inserção da teoria freudiana nos estudos da psicologia social e, posteriormente, sua influência em grandes pesquisas que envolvessem temas como autoridade, preconceito, mentalidades de grupo, o que se revela no fato de que ainda hoje, no Brasil, há grupos de pesquisadores que se utilizam da Teoria Crítica da Sociedade para seus estudos sobre demais fenômenos sociais.

Neste trabalho, algumas questões foram levantadas: Qual foi o contexto histórico e social da pesquisa de Personalidade Autoritária? Quais métodos e teorias são introduzidos por essa pesquisa? Quais aprimoramentos e contribuições seus métodos trouxeram para as novas pesquisas em Psicologia Social? O que diferencia a pesquisa da Personalidade Autoritária dos outros estudos dentro de Psicologia Social, sobre

os temas de preconceito, racismos, discriminação? O que de relevante a Personalidade Autoritária trouxe para a Psicologia Social? Sabendo-se da relevância das pesquisas sobre a Personalidade Autoritária, por que elas são pouco estudadas? Quais foram as questões que implicaram na descontinuidade dos estudos sobre esse tema? A importância dessa pesquisa só se revela na época dos totalitarismos? A Psicologia Social está dando a devida importância às questões suscitadas pelas pesquisas de Personalidade Autoritária?

Para respondê-las, decidiu-se pelo método da pesquisa bibliográfica, revisitando autores que citam Adorno, Horkheimer e Fromm, bem como um levantamento histórico sobre as bases teóricas e sociais que constituíram os estudos sobre a Personalidade Autoritária, o contexto em que surgiu tal pesquisa e quais questões fundamentais a sustentavam, sem, contudo, maiores aprofundamentos sobre o tema.

Optou-se por dividir o presente artigo em seis tópicos, a saber: o primeiro faz uma introdução sobre o que é psicologia social e cita alguns de seus principais estudos, bem como uma interface com o pensamento freudiano; o segundo retoma o contexto e faz um breve histórico sobre a Escola de Frankfurt,

vertente teórica que aninhava alguns dos pesquisadores voltados ao tema do antissemitismo e as implicações sobre a pesquisa “Personalidade Autoritária”; o terceiro citando as pesquisas iniciais de Erich Fromm, precursor dos estudos do caráter autoritário e suas contribuições; o quarto revelando as motivações iniciais que precederam os estudos de Adorno; o quinto descrevendo alguns aspectos da pesquisa de Personalidade Autoritária em si; e o sexto embasando o contexto social e as contribuições dessa pesquisa para a Psicologia Social.

Justifica-se o presente trabalho tendo em vista que as considerações formuladas graças à pesquisa de Personalidade Autoritária foram importantes para a Psicologia Social e se revelaram como uma possível resposta aos mecanismos psíquicos que estariam presentes na adesão às ideologias de dominação social, cujos interesses mostraram-se contrários à racionalidade dos indivíduos. A retomada crítica de tais estudos seria de grande importância para o entendimento do papel mediador da sociedade e da cultura na constituição individual.

A Psicologia Social no contexto das duas grandes guerras

Define-se Psicologia Social como um campo de estudo cujo objeto é a observação da interação humana, investigando as diversas maneiras pelas quais os comportamentos humanos individuais afetam e são afetados pelos outros, incluindo ainda o estudo do comportamento interpessoal, seja ele real ou referente à imaginação ou antecipação da presença de outrem. Ou seja, o indivíduo é examinado em relação a si mesmo e em função de suas reações aos fatores ambientais que o circundam (Torres et al, 2011). Analisando o contexto das grandes guerras, temos que durante a Primeira Guerra Mundial, a principal influência da Psicologia Social nos Estados Unidos da América (EUA) era o Behaviorismo. “O behaviorismo de Watson vai influenciar os grandes sistemas de Psicologia entre os anos 1920 e 1940” (Torres e outros 2011, p. 68), e tinha por principal objetivo estabelecer formas de se identificar e determinar como ocorrem as novas relações entre os estímulos do meio ambiente e as respostas possíveis que o indivíduo dá a este. Assim, um dos principais conceitos surgidos, era o da aprendizagem (Torres et al, 2011).

Na perspectiva behaviorista, a aprendizagem seria considerada como parte primordial para a explicação dos

fenômenos sociais e se daria nos processos de condicionamento. Tais processos apresentariam quatro perspectivas possíveis: “Na primeira, nem o modelo nem o observador são gratificados, na segunda só o observador é gratificado, na terceira só o modelo é gratificado e, por fim, na quarta e última condição ambos são gratificados” (Torres e outros, 2011, p. 69). Verificou-se, porém, que estas perspectivas não abordavam totalmente as diversas relações humanas e ignoravam, por vezes, fatores internos que diziam respeito à constituição individual dos sujeitos.

Nas palavras do autor Pariguin (1972, p. 31), o behaviorismo “apresentava de maneira simplista o mecanismo da conduta humana, segundo o princípio de ‘estímulo-resposta’”. Sendo assim, os estudos comportamentais sociais vão, aos poucos, permitindo a entrada de novas abordagens como, por exemplo, a psicanálise freudiana, visto que esta permitia reconhecer a “estrutura dinâmica do estado psíquico tanto do indivíduo como dos diversos grupos sociais” (Pariguin, 1972, p. 31). A grande questão que se mantém do behaviorismo, a qual os pesquisadores da Psicologia Social faziam questão de manter, faz referência aos métodos utilizados para se determinar comportamentos: a pesquisa empírica.

Nessa interlocução entre a Psicologia Social e Psicanálise, três aspectos devem ser considerados: de que maneira Freud via a relação entre psicologia e psicologia social, e sua análise sobre os fenômenos sociais; segundo, como Freud percebia a relação entre psicanálise e a Psicologia Social; e, finalmente, como os psicólogos, principalmente os psicólogos sociais americanos, percebiam a Psicanálise (Torres et al, 2011).

É interessante ressaltar que, para Freud, a Psicologia Social vai além da averiguação de uma dita “alma coletiva” que seria diferente dos vários psiquismos individuais, e sim, se compõe pelo estudo dos modos que os impulsos individuais se ativam na interação com outros indivíduos em grupo, seja no intragrupo ou na relação com o líder (Rouanet, 1983, p.119.). O outro sempre estaria implicado na vida mental do indivíduo, seja como modelo ou como objeto de afeto e de relações de cooperação e competição (Torres et al, 2011). A psicanálise freudiana seria, então, aplicada aos estudos sobre a formação das massas no que tange ao comportamento individual, tendo em vista as necessidades de ordem psíquica individuais, de pertencimento grupal. Tais grupos ofereceriam possibilidades de formação identitária para os indivíduos se orientarem

no mundo, rejeitando aqueles que não fizessem parte do mesmo grupo (Freud, 1976). A partir disso, tem-se para Freud (1976) que toda e qualquer relação humana com o outro deve ser entendida como um fenômeno social, visto que o sujeito não se constitui como tal fora da sociedade e suas relações sempre se configuram nessa esfera. Os conceitos “ideal do ego” e “superego”, por exemplo, permitem articular os elementos sociais internalizados pelo indivíduo, em confronto com as autoridades familiares e demais modelos de autoridade na sua formação, assim compondo sua dinâmica psíquica.

Analisando alguns autores da teoria social – o sociólogo Le Bon, por exemplo - Freud (1976) afirma que quando os indivíduos são colocados em grupo suas semelhanças e diferenças tomam nuances mais cinzas e surge uma espécie de mente coletiva que transforma seus modos de pensar, agir e sentir, fazendo com que todos experienciem o mesmo e ajam de maneira diferente daquela que agiriam sozinhos. As características individuais se apagarão em função das características coletivas, e haveria, também, o aparecimento de novos caracteres que antes não existiam. Em grupo, o indivíduo experimentaria condições nas quais lhes seria permitido desconsiderar as repressões

de seus impulsos e ignorar a responsabilidade de seus atos, o que acaba por revelar uma fragilização do indivíduo e, conseqüentemente, sua regressão dirigida socialmente, esclarecendo a forma pela qual se firma uma falsa identidade entre indivíduo e sociedade (Gomide, 2007, p. 146).

Tais alterações mentais e comportamentais poderiam ser explicadas pelo termo libido retirado da psicanálise que, na concepção freudiana é o que mantém tudo o que existe no mundo unido, formando “laços libidinais” (Freud, 1976). Esses laços existiriam com o líder e com os outros componentes do grupo, sendo o laço com o líder o mais forte, visto que a coerção grupal é mantida pela ilusão de que este chefe “ama todos os indivíduos do grupo com um amor igual” (Freud, 1976, p. 120).

Assim, a Psicologia Social serviria para explicar, por exemplo, o fato de porque a sociedade execra a dúvida e automatiza o pensamento, definindo o que é verdade sem que haja reflexão por parte dos componentes da mesma (Crochik, 2006).

Com relação ao parecer dos psicólogos americanos sobre a psicanálise na Psicologia Social, Torres (2011) escreve que Freud e seus seguidores entendiam a psicanálise como uma espécie de disciplina

‘mais profunda’ que a psicologia, cujos pressupostos levariam em conta a análise aprofundada do comportamento humano ao se compreender o inconsciente. Tais atitudes, bem como a metodologia psicanalítica - que consistia em associação livre o que se opunha ao método empírico behaviorista - afastava os psicólogos sociais americanos.

Deve-se levar em consideração, entretanto, que a psicanálise não deixou de influenciar na Psicologia Social. Essa influência se deu de maneira indireta, pela apropriação tanto de conceitos psicanalíticos como temas de pesquisa (agressão, socialização, família, etc.), o que deu liberdade aos psicólogos sociais para abordar temas menos comportamentalistas, sem perder a perspectiva experimentalista do behaviorismo.

Pode-se ver a influência da Psicanálise na Psicologia Social no estudo de Adorno sobre “A Personalidade Autoritária”, cujo pressuposto foi a afirmação de que as pessoas que tendem a aceitar com maior facilidade idéias de cunho autoritário, apresentariam um conjunto de características da personalidade que se constituem numa “síndrome específica” (Torres et al, 2011), que seria o caráter autoritário, ou potencial fascista, medido a partir da elaboração da

Escala F, posteriormente apresentada aqui, neste trabalho.

Nos estudos que se realizaram durante a Segunda Guerra Mundial e no período pós-guerra, houve um incremento tanto de pesquisas quanto de teorizações sobre os temas da violência e do preconceito contra as minorias sociais. Entre as principais pesquisas, encontravam-se os estudos sobre conformidade, agressão e interação sociedade-self, culminando no surgimento de novas questões sobre o comportamento humano, como, por exemplo, pesquisas sobre impacto da violência (Torres et al, 2011).

Em seu texto, Torres e outros (2011) citam uma importante pesquisa em Psicologia Social, cujas bases foram influenciadas pela teoria da Personalidade Autoritária de Adorno e dos estudos sobre autoritarismo de Fromm: o estudo sobre a obediência realizado por Milgram, pesquisador da Universidade de Yale (EUA), por volta de 1963. Tal projeto tinha por objetivo conhecer quais eram as condições que levariam uma pessoa a obedecer a outra e com isso causar dano a uma terceira que não é representativa de ameaça. No estudo original participaram cerca de quarenta pessoas, com idades, classes sociais e profissões variadas. Os participantes formavam duplas com um

assistente da pesquisa, mas não eram informados disso. Era então dito a eles que aquele se tratava de um estudo científico sobre o efeito da punição na aprendizagem. O participante era sempre o instrutor, e o assistente tomava o papel aprendiz, sendo levado a uma sala onde se ministrava um choque.

O exercício consistia em solicitar ao aprendiz que memorizasse alguns pares de palavras, que deveriam ser lembradas posteriormente. O pesquisador, que se encontrava no papel de instrutor, dizia ao participante que toda vez que o aprendiz desse uma resposta errada, o choque deveria ser aplicado, e que a intensidade do mesmo deveria ser aumentada a cada erro. Os choques, em realidade, não ultrapassavam a medida de 45 volts, o que não era suficiente para causar danos à pele humana. Isso, porém, não era informado. O assistente tinha a instrução de cometer erros sistemáticos até que o participante fosse levado a aumentar a intensidade do choque, supostamente, até os 300 volts ou mais. O assistente teria então a instrução de reagir violentamente em contrário ao choque, demonstrando dor e desespero, cessando totalmente quaisquer comportamentos a partir do momento em que o choque atingisse uma voltagem superior aos 300 volts. Sempre que o participante questionava ou se opunha ao

tratamento de choque, era incitado pelo pesquisador a continuar, sendo que o experimento só era interrompido caso o participante se recusasse a dar prosseguimento após quatro incitações do instrutor. O experimento era filmado e ao fim, o participante era informado de seu real teor.

Os resultados obtidos por Milgram eram incríveis, constatando-se que 88% dos participantes ultrapassaram os 300 volts e 65% foram além dos 450 volts. Uma porcentagem estimada por volta de 2%, que é a média de psicopatas na sociedade.

A partir de tais resultados, chegou-se a conclusão de que a maioria dos participantes foi até o fim do experimento, mesmo “sabendo” que provocavam dor e sofrimento ao próximo, por obedecerem às instruções de uma “entidade superior”, encarnada ali no papel do pesquisador (Torres et al, 2011). A análise dos resultados obtidos por Milgram, em sua pesquisa sobre a obediência, traz direta relação com as pesquisas realizadas por Adorno e Fromm. Os valores percentílicos encontrados por Milgram podem ser interpretados como indicativos de que há uma tendência geral na sociedade para a obediência à autoridade. Indivíduos considerados como mais dependentes se conformam com uma posição de

submissão em relação àqueles que detêm o poder, reduzindo a influência a um processo unilateral de submissão à pressão social, o que reforça os resultados obtidos nos estudos sobre a Personalidade Autoritária e o autoritarismo, de que haveria uma pré-disposição psicossociológica para o aceite de ideologias totalitárias, repressivas e manipuladoras e ressalta a crítica de que esses elementos são encontrados na cultura e impelem o sujeito à aceitação de totalitarismos.

Escola de Frankfurt: Instituto de Pesquisa Social

Para se entender os caminhos que a pesquisa de Personalidade Autoritária tomou, importante ressaltar o contexto histórico de seus pesquisadores e a herança de discussões teóricas, conceituais e de pesquisas sobre o tema do preconceito na pesquisa, provenientes dos estudos de autores participantes da primeira geração da denominada Escola de Frankfurt.

Por volta de 1920, foi criado na Alemanha o chamado Instituto de Pesquisa Social. Este se configuraria como uma parte acadêmica e destinada à pesquisa, vinculada à Universidade de Frankfurt, mas que contaria com autonomia intelectual e financeira. O intuito do

Instituto era, principalmente, fomentar pesquisas e reflexões de base interdisciplinar sobre o homem e a sociedade, enfatizando projetos, tanto empíricos quanto teóricos, que envolviam as contribuições da psicologia, sociologia e filosofia, visando entender de forma ampla, os fenômenos sociais que se desenrolaram durante o século. O Instituto de Pesquisa Social passou a ser o lugar de encontro para os chamados “frankfurtianos”, denominação dada aos componentes da Escola de Frankfurt.

Diferentemente do que se pensa quando se vê a expressão “Escola de Frankfurt”, esta não faz referência a um espaço físico como o Instituto. Na verdade, a nomenclatura faz referência a um movimento teórico, também chamado de Teoria Crítica da Sociedade, nascido no seio do Instituto de Pesquisa Social em 1924 (Matos, 1993) cujo objetivo era o de estudar criticamente questões sociológicas, filosóficas e psicológicas, tendo em vista a clarificação da sociedade e o entendimento da “lógica de funcionamento da sociedade burguesa e das teorias ‘consagradas’ usadas por ela como justificção para sua existência e continuidade” (Soares, 2007, p. 478). Assim, o objeto principal das pesquisas do Instituto era a “relação entre a vida econômica da sociedade, o desenvolvimento psíquico dos indivíduos e

as possíveis e inevitáveis mudanças culturais que daí adviriam” (Soares, 2007, p. 485).

Grandes nomes da época, como Theodor Adorno, Herbert Marcuse e Max Horkheimer, fizeram parte da primeira classe de frankfurtianos e uma de suas principais perspectivas enquanto pensadores da Escola de Frankfurt era a interlocução crítica com notáveis filósofos como Hegel, Marx, Kant e Nietzsche e pensadores como Freud. Era a partir dessas criações e pensamentos filosóficos que os intelectuais da Teoria Crítica tiravam a inspiração para estudar uma realidade percebida como em constante elaboração e movimento (Soares, 2007).

A teoria freudiana também teve sua parcela de contribuição para as pesquisas do Instituto (Soares, 2007). Os frankfurtianos viam em suas fundamentações sobre a psique humana, a peça que permitiria complementar as reflexões sobre o homem atual, tendo como base o entendimento da subjetividade humana. Os teóricos críticos percebem na psicanálise freudiana uma colocação importante sobre o fato de haver uma oposição significativa no homem entre desejo e razão, o que o tornaria vulnerável, submisso e passível de se submeter a ideologias do tipo dominantes e repressoras. Se o indivíduo apresentava

essa característica repressiva frente à dominação, seria certo se esperar que não houvesse qualquer tipo de resistência frente à implantação de regimes totalitários? Então as ações do indivíduo poderiam ser explicadas somente por suas articulações inconscientes? A personalidade seria então um determinante social? Nesse sentido, o termo “personalidade” seria tido, inicialmente, como a chave que explicaria a divisão social em classes a partir da economia e a aceitação das ideologias irracionais e totalitárias.

Havia, então, a necessidade de uma interlocução entre psicanálise e teoria social, visto que a subjetividade não poderia se expressar somente pelas categorias sociais e/ou econômicas, bem como não seria possível descrever a dinâmica social em termos estritamente psicológicos. Foi Erich Fromm quem primeiro permitiu a entrada da psicanálise como perspectiva teórica a serviço de uma interlocução filosófica e social, bem como as tentativas iniciais de articulação com o pensamento de Marx, tendo em vista a influências das teorias marxistas na pesquisa sobre movimentos sociais. (Rouanet, 1983).

Os estudos iniciais de Erich Fromm no Instituto de Pesquisa Social

Ao final dos anos 20 e início dos anos 30, Erich Fromm, junto a Wilhelm Reich e Siegfried Bernfeld, deu início a um projeto que visava combinar a teoria freudiana das pulsões e a teoria marxista de classes. Essa união entre psicanálise e os estudos sociais marxistas do Instituto de Pesquisa Social se baseava num dos pontos que Fromm defendia: um dos mais significativos problemas no estudo das sociedades era a relação entre desenvolvimento social da humanidade e o desenvolvimento da psique, em especial a constituição do ego. Portanto, para se ter uma análise verdadeira de problemas mais concretos da sociedade, era necessário haver uma fusão teórica entre psicologia e a sociologia (Rouanet, 1983).

A união entre os conceitos marxistas e os pressupostos freudianos levou Fromm a uma possível explicação sobre a estabilidade da divisão de classes: a teoria das classes seria próxima às relações de força existentes na personalidade de caráter infantil. Nesse tipo de personalidade, os dominantes eram tidos como fortes e poderosos assim como a figura do pai, contra a qual é inútil se opor e reagir. Assim, toda força aplicada no sentido de tirar a classe dominante do poder, se revelaria irracional e dispendiosa de um ponto de vista psicológico, do

mesmo modo como seria infrutífero se opor ao pai (Rouanet, 1983).

Fromm seguia pelo caminho teórico de que esses indivíduos se fixavam em uma fase psicológica infantil, conformista e que tinham como única resposta possível frente à dominação, um estado de submissão em troca de proteção e amor; acreditava também que em dado momento, esses indivíduos seguiriam em frente, assumindo uma posição mais crítica e pertinente ao adulto (Rouanet, 1983).

Erich Fromm chega à hipótese de que as condições de vida eram ancoradas sobre a estrutura pulsional e que, portanto, a psicanálise seria a chave de entendimento e da resolução dos problemas sociais. A pulsão sexual teria sua satisfação em objetos que não fossem propriamente os de natureza sexual, o que a tornaria um aspecto manipulável pelo poder social (Gomide, 2007). Nesse sentido, Fromm fazia referência à “primeira teoria das pulsões de Freud - pulsões sexuais versus pulsões de autoconservação” (Gomide, 2007, p. 66). Foi exatamente essa posição que levou à ruptura da Escola de Frankfurt com os pensamentos de Fromm, por volta de 1939 (Rouanet, 1983).

Teóricos como Adorno e Horkheimer julgavam as teorias de Fromm como sendo incompletas e criticavam o uso indevido da psicanálise para explicar

os fenômenos sociais. Era dito que Fromm deixava passar ou não dava a devida importância a aspectos cruciais, como, por exemplo, o conceito de autoridade e também que fazia um uso extremado dos conceitos freudianos para explicar a sociedade, desconsiderando por vezes as questões próprias da sociedade como um todo maior que o indivíduo (Rouanet, 1983) e ainda que “tentou reduzir a dinâmica psíquica às influências sociais dentro de uma perspectiva que, segundo Adorno, se sustentou numa leitura a-crítica e mecanicista sobre as inter-relações entre indivíduo e sociedade” (Gomide, 2007, p. 68). Outro aspecto foi a questão do revisionismo pós-freudiano de Fromm, visto que este abandona a teoria das pulsões e passa a dar novos sentidos à concepção de caráter, retirando o elemento erótico acerca do sadomasoquismo (Gomide, 2007).

Apesar do rompimento, há de se considerar as importantes implicações das pesquisas de Fromm utilizando a psicanálise. Nos seus estudos iniciais, a teoria freudiana foi o alicerce inaugural que permitiu, indiretamente, a abertura do Instituto Psicanalítico de Frankfurt dentro do Instituto de Pesquisas Sociais e, conseqüentemente, uma ligação entre psicanálise e pesquisa social. E também foram as pesquisas envolvendo

personalidade e sociedade que permitiram o surgimento de uma das mais notáveis teorizações sobre comportamento social realizadas pela Escola de Frankfurt, a pesquisa sobre a Personalidade Autoritária.

O projeto sobre o Antissemitismo

Antes de se iniciar as considerações sobre a pesquisa da Personalidade Autoritária propriamente dita, deve-se observar o contexto na qual surgiu: o fim da Primeira Guerra Mundial e a ascensão do nazismo, que levaria à Segunda Guerra Mundial, coincidindo com o exílio dos pesquisadores europeus para os Estados Unidos da América (EUA).

Pensando nas condições que levariam um indivíduo a se submeter a um sistema opressor que agia em desacordo com suas necessidades e considerando as atitudes gratuitas de ódio e aversão próprias do nazismo contra as minorias sociais, foram realizados estudos empíricos que visavam procurar o elemento disparador dessa aderência (Wiggershaus, 2002).

Por volta de 1939, foi dado início às primeiras tentativas do Instituto de Pesquisa Social no EUA para conseguir verbas junto às fundações judaicas e cristãs para levar em frente projetos sobre o antissemitismo (Wiggershaus, 2002). Um

desses projetos, que posteriormente se desenvolveria na pesquisa de Personalidade Autoritária, envolvia responder a pergunta *como o antissemitismo havia assumido uma importância tão extraordinária?*, e tinha como objetivo revelar os mecanismos de adesão a padrões fascistas, buscando desenvolver uma solução prática para se evitar a repetição dos horrores do nazismo.

Por volta de 1942, com o fim da primeira guerra, o American Jewish Committee, O American Jewish Congress, a Anti-Defamation League e o Jewish Labor Committee tomaram a decisão de apoiar financeiramente os estudos do Instituto de Pesquisa Social sobre o antissemitismo, tendo em vista a força política e social que o antissemitismo estaria adquirindo nesse momento (Wiggershaus, 2002).

Definiu-se, então, que as pesquisas abordariam os acontecimentos europeus referentes ao antissemitismo, o tipo totalitário e sua função política, utilizando-se de pesquisas psicológicas e experiências com um filme. Posteriormente o filme acabou se mostrando muito dispendioso e foi trocado por uma idéia mais barata: a elaboração de uma escala fascista. Essa escala seria extraída de uma combinação entre questionários, entrevistas e testes psicológicos, que avaliariam as opiniões e

atitudes antissemitas e a estrutura da personalidade de cada indivíduo, medindo os valores ostensivos, enraizados na estrutura da personalidade.

A idéia era que fatores internos e externos se combinariam para chegar a um comportamento antissemita e de que a escala mediria algo próximo de uma estrutura latente de personalidade, determinante da receptividade do sujeito a ideologias racistas e etnocêntricas, ou seja, haveria um tipo de personalidade específico correlacionado à recepção e reprodução de ideologias dominadoras e rígidas (Rouanet, 1983).

A primeira etapa do projeto, no entanto, não trouxe os resultados esperados. Havia estudos sobre a essência do antissemitismo, ensinamentos retirados da história europeia e aperfeiçoamento de medidas a serem adotadas contra o antissemitismo, além da discussão teórica sobre os elementos do antissemitismo (religioso, econômico, político) encontrados na obra *Dialética do Esclarecimento*, publicada em 1944, que discorria sobre o predomínio da racionalidade instrumental e manifestações antissemitas, “entendidas como facetas da dominação social e histórica” (Horkheimer & Adorno, 1985), e apresentava o antissemitismo como fato comprobatório do declínio da razão, mas nada do

resultado científico comprobatório das raízes do antissemitismo que os pesquisadores esperavam. Assim, foi cogitada a interrupção dos estudos.

Horkheimer, porém, ressaltava a importância de se estudar as tendências que influenciariam as pessoas a serem receptivas aos padrões fascistas de propaganda, no intuito de descobrir e descrever os estímulos que levariam os sujeitos a se submeterem à dominação fascista, e Adorno reforçava a continuidade das pesquisas lembrando que o objetivo do projeto era mostrar que o antissemitismo era um perigo inerente à sociedade moderna e que, ao se conhecer seus mecanismos disparadores, poder-se-ia evitá-lo (Wiggersahus, 2002).

Em 1944 decidiu-se pela continuação do projeto e com maiores incentivos. A partir daí, os objetivos do projeto passaram a ser esclarecer a importância e as causas do antissemitismo nos Estados Unidos da América, procurar elaborar aparatos que evitassem as atitudes de aversão e ódio, e conceber uma série de testes que pudessem avaliar a eficácia das técnicas adotadas contra o antissemitismo (Wiggersahus, 2002).

A partir desses novos objetivos, iniciou-se uma pesquisa dentro das indústrias americanas, visando se ter uma medida válida sobre o quanto as ideias,

noções e sentimentos antissemitas estavam espalhado entre a população operária norte americana. Esses sujeitos seriam uma amostra do que ocorreria na sociedade como um geral. Passou-se, então, a investigar a receptividade de tendências antidemocráticas nas ações desses indivíduos (Wiggersahus, 2002).

Para realizar essa pesquisa, optou-se por capacitar alguns operários que entrevistariam e aplicariam os questionários em outros operários. Essa técnica previa evitar uma possível inibição da verdade, que poderia advir de um sentimento de repressão sentido pelos sujeitos respondentes, caso os questionários fossem feitos por pesquisadores.

Os resultados apontados pela pesquisa foram tão assustadores que os pesquisadores decidiram por não publicá-los: o antissemitismo estava muito mais espalhado entre os operários do que se imaginava.

A pesquisa sobre o caráter autoritário

A partir da reflexão teórica baseada nos conceitos psicanalíticos da Segunda Tópica - ego frágil, superego externalizado, pulsões destrutivas - junto com a teoria social,

Adorno tenta estabelecer e analisar as relações existentes entre a ideologia e as profundas tendências da personalidade [...] tomando como categoria de análise as categorias freudianas da psicanálise ortodoxa das pulsões e do recalque, do id, do ego e do superego. (Gomide, 2007, p. 155).

E a partir dos resultados tão inesperados vistos nas pesquisas sobre antissemitismo, Adorno decide por pesquisar mais a fundo quais seriam os fatores envolvidos na aderência ao antissemitismo.

Adorno buscou revelar quaisquer que fossem as variáveis subjacentes que poderiam ser demonstrativas das tendências favoráveis aos padrões de dominação fascista nos indivíduos. Para tanto, decidiu por formular novos questionários que seriam mais indiretos na hora de abordar sobre o tema do antissemitismo. Tais questionários foram chamados de “F scale” (Escala F) e tinham por objetivo demonstrar a ligação entre etnocentrismo, fascismo e caráter destrutivo, envolvendo caracteres tanto inconscientes quanto racionais. A Escala F foi elaborada com um

[...] duplo objetivo: avaliação indireta do preconceito-etnocêntrico, sem referência a determinados grupos

minoritários; e avaliação das disposições latentes, que tornam uma pessoa inclinada à concepção fascista da vida. (Teixeira & Polo, 1975).

A escala apresentou uma série de correlações entre fatores distintos e de tal modo ligados, que permitiram se chegar às seguintes considerações: havia uma alta correlação o antissemitismo e o etnocentrismo; os indivíduos com postura conservadora tenderiam a ser etnocêntricos e antissemitas, ainda que não houvesse relação direta entre tais fatores; posturas antissemitas, etnocêntricas e conservadoras tendiam a confundir-se na mesma pessoa (Teixeira & Polo, 1975).

A partir da análise de tais correlações, chegou-se a uma série de traços que comporiam os primeiros traços do caráter autoritário, sendo estes: convencionalismo; submissão acrítica, agressividade autoritária; destruição e cinismo; poder e rudeza; superstição e estereotipia; exteriorização; projeção; e atitudes exageradamente preocupadas do autoritário com relação aos atos da sexualidade. (Teixeira & Polo, 1975).

Os resultados a que Adorno e seus colaboradores chegaram foram de que as características que mais propiciavam o aceite a uma dominação do tipo fascista não faziam referência ao antissemitismo

em si, mas sim a questões como o etnocentrismo, conservadorismo político e econômico e pensamento por estereótipos.

A pesquisa afirmou que o preconceito é característico nas pessoas que apresentam esse tipo psicológico, e o tipo autoritário apresentaria uma personalidade definida por uma miríade de características interligadas, que incluíam o respeito e obediência exagerados a figuras de autoridade, obsessão por hierarquias de poder, intolerância à ambiguidade ou incerteza, necessidade de se encontrar em situações rigidamente definidas e dificuldades de realização pessoal. Ou seja, essas pessoas possuíam uma estrutura relativamente rígida e constante, extremamente vinculada com autoridade, sendo que até seu pensamento e sensibilidade são orientados hierarquicamente (Horkheimer & Adorno, 1973).

O preconceito partiria também de uma padronização. Os indivíduos de certos grupos seriam todos vistos como possuidores de uma mesma característica que, nesse caso, deveria ser evitada a todo custo. A esses processos de padronização está envolvida a estereotipia, que é

[...] a tendência a perceber o mundo de acordo com as categorias rígidas, clichês que em sua generalidade vazia impedem qualquer experiência concreta

e qualquer contato efetivo com o mundo exterior (Rouanet, 1983, p. 176).

É como se o sujeito se baseasse apenas em sua percepção do que é verdadeiro, sem levar em consideração uma ponderação crítica sobre aquilo que lhe é exposto pelo social, para basear suas atitudes. A propensão para prejudicar esse outro considerado como mais frágil, encontra justificativas nas concepções de senso comum, que por razões socialmente impostas, determina valores sem senso crítico.

Desse modo, a investigação sobre o preconceito tende a reconhecer tanto a participação do momento psicológico em que se encontra o indivíduo, quanto os processos dinâmicos em que ele opera em sociedade (Horkheimer & Adorno, 1973).

A composição social da Personalidade Autoritária

Pensando em questões psicológicas e sociais, chegou-se a observação de que essa personalidade seria o reflexo de uma considerável fraqueza do ego; ego este que se sente incapaz de satisfazer suas exigências autodeterminadas. Tais traços seriam impressos na personalidade da criança no início da infância, onde sua criação se basearia em estereótipos fixados

e a tornaria respondente aos apelos de políticas totalitárias. (Torres e outros, 2011).

Essa fragilidade do ego faz referência ao fato de que a figura paterna perde sua autoridade frente às decorrentes transformações políticas e econômicas geradas pelo capitalismo, impossibilitando a identificação do indivíduo com a autoridade paterna. A autoridade, revelada pelo superego, passa a ser externalizada na figura do líder, indo de acordo com a hipótese de “Adorno acerca dos aspectos regressivos de identificação envolvidos na escolha da imagem do líder moderno fascista” (Gomide, 2007, p. 125), revelando uma decadência do indivíduo e seu enfraquecimento frente às forças sociais.

A Personalidade Autoritária se revelaria como um produto histórico e social, que influenciaria nos indivíduos e existência de uma ordem de pseudoconservadorismo e desejo de punição contra aqueles que são contrários aos valores convencionais, a fim de que tais valores encobrissem os reais desejos desses indivíduos, que estariam ligados à externalização da agressividade. Assim, o sujeito apresentaria um estilo cognitivo pautado por clichês e estereótipos rígidos e generalizados, utilizados para significar/reconhecer os estímulos

presentes, tornando-o incapaz de modificar as pré-definições acerca da sociedade e das pessoas e de binômios como certo e errado, ainda que na presença de informações novas e coerentes que contradigam as opiniões iniciais (Amaral, 2002).

Postulou-se que essas crenças seriam na verdade ligadas por uma relação psicodinâmica. Questões sociais como as atitudes políticas e econômicas conservadoras, que pregam a resistência à mudança e o etnocentrismo caracterizado por uma tendência rígida a aceitar o diferente, seriam “estratégias psicológicas” para encobrir as pulsões de hostilidade características da Personalidade Autoritária (Amaral, 2002).

A personalidade, assim constituída, influenciaria nas predisposições do indivíduo na aceitação de certas ideologias, e à rejeição de outras (Rouanet, 1983), correspondendo, em algum nível, aos conflitos inconscientes de cada pessoa. É claro que essas ideologias teriam uma origem para além da individualidade, mas sua apropriação se liga intimamente a esse determinismo psíquico, que deriva das necessidades de cada um, e que se manifestam sob a forma de desejos e impulsos (Rouanet, 1983).

Os estudos realizados sobre a personalidade autoritária ofereceram bases para entender que as características

psíquicas inconscientes poderiam ser consideradas produtos de fenômenos contemporâneos _ ou o chamado “tipo antropológico” surgido com as modificações sociais e econômicas trazidas pelo capitalismo dos monopólios _, tais como: desintegração da propriedade, impossibilidade de uma existência econômica autosuficiente, transformações na estrutura familiar e erros na direção da economia (Adorno et al, 1950), além de serem característicos de uma sociedade que, sendo conservadora e pouco crítica, pregava falsos valores de liberdade. Também foi apontado uma espécie de pseudotradicionalismo (os estipulados pseudoconservadores) na composição dos sujeitos nos quais foram identificados esse tipo de personalidade. Crenças, costumes e comportamentos se repetiram ao longo dos anos, sem que houvesse uma crítica do por que o faziam, tornando a cultura contemporânea em uma eterna repetição de traços obsoletos (Rouanet, 1983), sempre levando as pessoas a se comportarem de uma mesma maneira, segundo regras que podem não mais fazer sentido na sociedade atual. Tal característica faz referência ao pensamento estereotipado, característico de atitudes preconceituosas.

Considerações Finais

Para a compreensão total do indivíduo, foi necessário reconhecer que a sociedade tem influência em formas e graus variáveis na concepção psíquica deste e, para tanto, fez-se necessário “mergulhar no mais fundo da consciência individual, para nela encontrar a presença do social” (Rouanet, 1983, p. 81). Foi preciso enxergar quais mecanismos sociais foram utilizados na composição desse sujeito individual.

A pesquisa sobre o caráter autoritário tratava de compreender quais eram as motivações que levariam os indivíduos a supostamente agirem contra seus interesses racionais e a aderir a um sistema totalitário, rígido e opressor, em uma sociedade que pregava a uso de uma racionalidade formal e da ilustração, mas que trazia em seu bojo elementos regressivos, contrários à emancipação humana.

A estruturação em tipos psicológicos surgiu a fim de se definir quais eram as “personalidades” consideradas como propícias à sustentação dos sistemas totalitários, o que coadunou com a teoria de que tais indivíduos estariam se constituindo psicologicamente dessa maneira devido às mediações sociais

de caráter autoritário que se revelariam desde a infância, a partir do seio familiar.

Se nesse sentido vê-se a importância dos estudos de base sobre autoritarismo e Personalidade Autoritária nas grandes pesquisas de Psicologia Social, por que tais investigações são pouco estudadas na atualidade? Se resultados semelhantes, envolvendo condições sociais e psicológicas que apontam para aceitação de dominações autoritárias, são encontrados em estudos realizados em épocas e culturas distintas, não seria viável manter uma linha de estudo semelhante ao realizado por Adorno e outros frankfurtianos? Não seria o papel da Psicologia Social, manter um olhar atento sobre esse tipo de manifestação?¹

A Personalidade Autoritária teve alguns traços fundamentais enraizados na esfera pessoal que pareciam determinantes para boa parte da receptividade à propaganda de ódio. O sujeito entraria em um estado de ação mínimo, resumido a absorver automaticamente as questões sociais impostas, sem acrescentar nada próprio, considerando falsamente que está

¹ No Brasil, por exemplo, percebe-se as atuais manifestações contrárias à homossexualidade. Estas são incentivadas por um discurso religioso manipulador que prega expressões de ódio e repúdio aos casais homoafetivos, principalmente em redes sociais - como Facebook e Twitter, por exemplo - e que se refletem em atitudes violentas motivadas pela homofobia, como perseguições e ofensas, culminando em atos extremos como espancamentos e assassinatos.

sendo fiel à objetividade do real, sendo que de fato não está mais do que se limitando a exteriorizar impressões recebidas passivamente e restituídas sem o mínimo da criticidade que poderia tornar tais impressões em uma realidade estruturada.

Ainda que diferentes indivíduos comportem-se diferentemente frente às incitações do preconceito, não se pode ignorar a influência da cultura que se apresenta favoravelmente ao preconceito. A recepção das ideologias repressoras não é resultado de um mecanismo inato, e sim um produto dos estereótipos culturalmente “impostos”, constituídos na cultura, tendo em consideração condições sociais e econômicas. Com isso, tem-se que os valores da cultura atravessam e preenchem os indivíduos, e se alojam sob a forma de opiniões pré-formadas, indo além da existência de uma personalidade específica (Rouanet, 1983).

Em suma, temos que a dinâmica da personalidade e dos elementos objetivos da cultura é o grande fator determinante da expressão de preconceitos, sendo que em alguns tipos psicológicos prevalece como uma motivação subjetiva e, em outros, como uma influência da cultura, mas em nenhum dos dois tipos de sujeito se exclui a influência de ambas as dimensões (Rouanet, 1983). Muitas vezes o sujeito não tem a menor consciência crítica de seu

comportamento, pois o que percebe é uma realidade dada, absorvida e devolvida sem transformação, onde não são disponibilizadas as ferramentas necessárias para sua modificação, o que se reflete numa constituição fraca e abalada do Ego.

Assim, a sociedade tem grande papel como mediadora, ainda que haja indivíduos que questionem suas concepções e outros que são mais facilmente influenciados. Contudo, não foi uma função do processo civilizatório moderno permitir a consciência crítica, a emancipação e o esclarecimento dos sujeitos, ainda que a nossa racionalidade iluminista almejasse isso, com seus valores de liberdade e igualdade humanas. Os preconceitos, então, precisariam ser vistos sob o ângulo da aprendizagem inconsciente, que poderia ser mudado caso houvesse a preocupação de se incentivar a formação de sujeitos realmente preocupados com aquilo que absorvem do mundo externo e prontos para uma autoliderança consciente e assertiva.

Seria esse o novo papel da Psicologia Social: fornecer as ferramentas necessárias para que esses sujeitos críticos e de Ego bem constituído pudessem se revelar na sociedade. Tal proposta não se reduz ao estudo dos indivíduos em grupos e nem tampouco ao estudo do efeito desses sobre o indivíduo. Caberia à Psicologia

Social estudar a racionalidade nos indivíduos, o que resiste a ela e a irracionalidade que surge como contraponto, uma vez que tal racionalidade é limitada, descrevendo os mecanismos psíquicos manipulados pelos interesses sociais mais fortes e que permitem o prosseguimento de ideias segundo modelos autoritários e irracionais.

Tendo em vista que a razão se desenvolveu para ter-se a compreensão das ameaças existentes e fazer frente a elas, espera-se que a disseminação do conhecimento adquirido com essas pesquisas, e a reflexão sobre ele, permita aos indivíduos que possam resistir à adesão cega a movimentos sociais irracionais, tal como o fascismo, reconhecendo e modificando as condições que o geraram.

Referências

- Adorno, T.W., Frenkel-Brunswik, E. Levinson, D.J., Sanford, R.N. (1950). *The Authoritarian Personality*. New York: Harper 7 Brother.
- Crochik, J. L.(2006). *Preconceito, indivíduo e cultura*, 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Freud, S. (1976). Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos. In: *Obras Psicológicas Completas de Freud, vol. 18*. Rio de Janeiro: Imago.
- Gomide, A. P. de A. (2007). *Um estudo sobre os conceitos freudianos na obra de T. W. Adorno*. São Paulo. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- Horkheimer, M. & Adorno, T. W. (1985). *Dialética do Esclarecimento*. (G. A. de Almeida, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Horkheimer, M.; Adorno, T. W. (1973). *Sociedade: temas básicos de sociologia*. São Paulo: Cultrix.
- Matos, O. C. F. (1993). *A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do iluminismo*. São Paulo: Moderna.
- Pariguin, B. D. (1972). *A psicologia social como ciência*. Rio de Janeiro: RJ Zahar.

Rouanet, S. P. (1983). *Teoria crítica e psicanálise*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará.

Soares, J. (2007). Escola de Frankfurt: unindo materialismo e psicanálise na construção de uma psicologia social marginal. In: Jacó-Vilela, A.; Ferreira, A. & Portugal, F. (Orgs.). *História da Psicologia: rumos e percursos* (pp. 473-501). Rio de Janeiro: Nau Editora.

Teixeira, J. B. C. & Polo, A. (1975). A personalidade autoritária: componentes e gênese psicológica. *Arquivos Brasileiros Psicologia Aplicada*, Retrieved in May, 2015, from <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abpa/article/viewFile/17538/16282>

Torres, A. R. R. e outros (2011). *Psicologia Social: temas e teorias*. Brasília: Techno Politik.

Wiggersahus, R. (2002). *A Escola de Frankfurt. História, desenvolvimento teórico, significação política*. Rio de Janeiro: Difel

ⁱ Texto produzido como resultado de pesquisa de Iniciação Científica com apoio da FAPEMIG, através de financiamento do projeto de pesquisa “A Recepção de Freud nos Pensamentos de Adorno e Marcuse” – PRONEM 2010.

As autoras:

Ana Paula de Ávila Gomide possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia, Mestrado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Doutorado em Psicologia pela USP. É professora efetiva da Universidade Federal de Uberlândia. E.mail: anapag2@gmail.com

Ruth Marques Maciel é graduanda em Psicologia, pela Universidade Federal de Uberlândia. E.mail: rummyaci@gmail.com